



TRE  
PARANÁ

TERMO N.º 019/2021  
PAD nº 1869/2021

**TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI  
FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DO PARANÁ E A EMPRESA BANCO DO  
BRASIL S/A.**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666, de 21.06.93, e legislações pertinentes em conformidade com o Termo de Dispensa de Licitação nº 321/2021, com fulcro no Artigo 17, § 2º, inciso I da Lei nº 8.666/93, Lei 9.636 de 15/05/1998 (Administração de bens imóveis), Decreto nº 3.725 de 10/01/2001 (Regulamenta a Lei 9.636 de 15/05/1998), Portaria nº 05 de 22/02/2001 da Secretaria de Patrimônio da União (Regras para cessão), Instrução Normativa nº 04/STN, de 30 de agosto de 2004 (Instruções para movimentação da Conta Única do Tesouro) e Processo PAD nº 1869/2021, regularmente autorizado, de um lado o órgão:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede em Curitiba-Pr, Rua João Parolin, 224, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CEDENTE, e de outro lado o:

**BANCO DO BRASIL S/A**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, situado no Setor Bancário Sul, Bloco "C", lote 32, 24º andar, em Brasília/DF, neste ato representado pelo Gerente Geral da Agência Comendador Araújo, agência 1869-4, Arilson Cesar Lorensini dos Santos, RG nº 2.316.070-0, expedido pela SSP/SC, CPF nº 906.659.889-15, com endereço na Rua Comendador Araújo, 314, Centro, CEP: 80.420-000. Telefone: (41) 99197-4231, Correio Eletrônico: [lorensini@bb.com.br](mailto:lorensini@bb.com.br), doravante denominado CESSIONÁRIO, tem entre si justo e acertado o que faz mediante as seguintes condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1.** O presente termo tem como objeto a cessão de uso de uma área, medindo 50,46 m² (cinquenta metros e quarenta e seis centímetros quadrados), situada no Bloco C do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, localizado à Rua João Parolin, 224 – Curitiba/Paraná, para funcionamento de 01 (hum) Posto de Atendimento Bancário (com 48,46 m²), bem como de 01 (hum) terminal de Autoatendimento (com 2,00 m²), para a instituição financeira Banco do Brasil S/A em suas atividades finalísticas.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA CESSÃO DE USO**

**2.1.** A presente cessão é feita com a observância, também, das seguintes condições:

**2.1.1.** Vedação de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;

**2.1.2.** Obediência às normas relacionadas com o funcionamento da atividade vinculada ao objeto da cessão de uso e com a utilização do imóvel;

**2.1.3.** Compatibilidade do horário de funcionamento da referida atividade com o do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná;

**2.1.4.** Exercício da citada atividade sem prejudicar a atividade-fim ou o funcionamento do nominado Órgão;

**2.1.5.** Aprovação prévia do CEDENTE, através do nominado Órgão, para a realização de qualquer obra de adequação ao espaço físico a ser utilizado pelo CESSIONÁRIO;

**2.1.6.** Precariedade da cessão, que poderá ser revogada a qualquer tempo, havendo interesse do serviço público, independentemente de indenização;

**2.1.7.** Fiscalização periódica por parte do CEDENTE.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DO ASSEIO E CONSERVAÇÃO**

**3.1.** É proibido ao Banco do Brasil emprestar, ceder ou utilizar o espaço cedido para outra finalidade, no todo ou em partes, sem o prévio consentimento deste Órgão.

**3.2.** O Banco do Brasil se obriga a manter o espaço cedido em perfeitas condições de conservação e asseio, com todas as suas instalações em funcionamento, ressarcindo ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná qualquer prejuízo decorrente do uso inadequado do objeto.

### **CLÁUSULA QUARTA: DA UTILIZAÇÃO**

**4.1.** O imóvel deverá ser utilizado pelo Banco do Brasil exclusivamente para instalações de uma unidade administrativa (agência bancária e caixa eletrônico), necessários aos serviços.

### **CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE**

**5.1.** O CEDENTE obriga-se:

**5.1.1.** Ceder a mencionada área do imóvel ao CESSIONÁRIO, para a finalidade indicada na cláusula quarta deste Termo;

**5.1.2.** Permitir o acesso dos empregados do CESSIONÁRIO às suas dependências, para o exercício de suas atividades laborais;

**5.1.3.** Facilitar a atuação das autoridades fazendárias, sanitárias ou trabalhistas que venham a fiscalizar as obrigações legais do CESSIONÁRIO.

### **CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO**

**6.1.** O CESSIONÁRIO obriga-se a:

**6.1.1.** Utilizar a área cedida, exclusivamente, na finalidade definida na Cláusula quarta deste termo.

**6.1.2.** Obter licenças, alvarás, autorizações, etc., junto às autoridades competentes, necessárias ao funcionamento da atividade de apoio a que a presente cessão de uso se destina.

**6.1.3.** Disponibilizar a agência para atendimento dos usuários, com funcionamento das 12h00 às 16h00.

**6.1.3.1.** Caso haja necessidade de alterar o horário de funcionamento, o CESSIONÁRIO deve comunicar ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, previamente.

**6.1.4.** Cumprir as obrigações legais relativas a encargos fiscais, trabalhistas sociais, previdenciários, civis e comerciais que onerem a atividade vinculada à mencionada cessão de uso, eximindo o CEDENTE de quaisquer responsabilidades.

**6.1.5.** Não se utilizar de menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou de menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na



condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Lei nº 9.854/1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/2002).

**6.1.6.** Cumprir as disposições dos regulamentos internos do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

**6.1.7.** Não usar o nome do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná para aquisição de bens, assim como para contratar serviços.

**6.1.8.** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados, dolosa ou culposamente, ao CEDENTE ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes.

**6.1.9.** Manter as instalações da área cedida em perfeito estado de conservação.

**6.1.10.** Permitir que o CEDENTE realize as ações de fiscalização da execução do termo, acolhendo as observações e exigências que por ela venham a ser feitas.

**6.1.11.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas.

**6.2.** Durante a vigência do Termo de Cessão, o CESSIONÁRIO compromete-se a efetuar as suas expensas, as reparações ou consertos aos danos a que der causa, salvo os decorrentes da utilização e dos desgastes naturais da área cedida, bem como mantê-la em boas condições de conservação, higiene e limpeza.

**6.3.** Restituir a área cedida ao final da vigência do termo em idênticas condições às do recebimento, ficando obrigada a restabelecer o seu estado original, na hipótese de haver promovido benfeitorias que lhes tenham alterado as características.

**6.4.** Fica facultado ao CESSIONÁRIO realizar na área cedida, às suas expensas, as benfeitorias e acessões que desejar, as quais ficarão incorporadas ao imóvel, independentemente de qualquer pagamento ou vantagem, de parte a parte, não se compreendendo entre as benfeitorias aqui referidas do equipamento e acessórios de propriedade do cessionário que serão por ela retirados, quando findo ou rescindido a cessão.

**6.5.** A execução de benfeitorias ou acessões que, por sua natureza impliquem em alteração ou modificação da estrutura do imóvel onde se localiza a área cedida, somente poderão ser realizadas mediante prévio e expresso consentimento do CEDENTE.

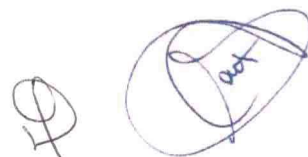
**6.6.** O CESSIONÁRIO deverá efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços.

**6.7.** O CESSIONÁRIO deverá comunicar ao CEDENTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada nas instalações da área e/ou a impossibilidade de execução de quaisquer obrigações, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

**6.8.** O CESSIONÁRIO responsabilizar-se-á pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, não cabendo ao CEDENTE responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização dos mesmos, por qualquer razão.

**6.9.** O CESSIONÁRIO deverá aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que o CEDENTE julgar necessário.

**6.10.** O CESSIONÁRIO se compromete a manter os caixas eletrônicos instalados no local abastecidos com cédulas de dinheiro.

Handwritten signature and a circular stamp with the word 'out' inside.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência do termo será de 60 (sessenta) meses contatos a partir da data de assinatura deste instrumento, conforme artigo 57, inc. II, da Lei 8.666/93.

## **CLÁUSULA OITAVA: DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.1.** O CESSIONÁRIO cometerá infração administrativa se:

**8.1.1.** Deixar de executar total ou parcialmente o presente termo;

**8.1.2.** Comportar-se de modo inidôneo;

**8.1.3.** Cometer fraude fiscal;

**8.1.4.** Descumprir qualquer dos deveres elencados neste termo.

**8.2.** O CESSIONÁRIO, se cometer qualquer das infrações acima indicadas e/ou referidas, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**8.2.1.** Advertência;

**8.2.2.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**8.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o penalizado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

**8.3.** Ficam sujeitas, também, às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, os que, em razão do termo:

**8.3.1.** Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**8.3.2.** Hajam praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**8.3.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**8.4.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**8.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**8.6.** Na aplicação da pena, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**8.7.** As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

**9.1.** Considerar-se-á rescindido o termo, independentemente de ato especial, retornando a área do imóvel ao CEDENTE, sem direito do CESSIONÁRIO a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se:



- 9.1.1. Vier a ser dado à área cedida utilização diversa da que a ela foi destinada;
- 9.1.2. Houver inobservância do prazo previsto no ato autorizativo da cessão;
- 9.1.3. Ocorrer renúncia à cessão ou se o CESSIONÁRIO deixar de exercer suas atividades específicas ou, ainda, na hipótese de sua extinção, liquidação ou falência;
- 9.1.4. Houver, em qualquer época, necessidade de o CEDENTE dispor, para seu uso, da área vinculada ao termo;
- 9.1.5. Ocorrer inadimplemento de cláusula firmada neste termo;
- 9.2. Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, o CESSIONÁRIO terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para entrega do local.


#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO GESTOR

- 10.1. O CEDENTE, através de servidor designado, acompanhará e fiscalizará a execução do presente termo, na conformidade do disposto no art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.
- 10.2. O representante da Administração anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução deste termo, determinando o que for necessário à regularização de eventuais falhas ou irregularidades.
- 10.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência daquele representante deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

- 11.1 - Fica eleito o foro de Curitiba-PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as dúvidas oriundas do presente Termo.
- 11.2 - E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente eletronicamente em igual teor e forma.

Curitiba, data gerada eletronicamente.

  
**Arlison Cesar Lorensini dos Santos**  
Gerente de Geral de Agência  
P/Cessionário

  
**Dr. Valcir Mombach**  
Diretor-Geral do TRE/PR  
P/Cedente